ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Resolução da Assembleia da República n.º 25/98

Constituição de uma Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar para Apreciação dos Actos do Governo e das Suas Orientações de Parceria em Negócios Envolvendo o Estado e Interesses Privados.

A Assembleia da República, nos termos dos artigos 166.º, n.º 5, e 178.º, n.º 4, da Constituição e 2.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 5/93, de 1 de Março, constitui:

1 — A Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar para Apreciação dos Actos do Governo e das Suas Orientações de Parceria em Negócios Envolvendo o Estado e Interesses Privados.

2 — A Comissão tem por objecto a apreciação política dos actos do Governo nos seguintes casos:

TORRALTA;

Aquisição pelo IPE de uma participação minoritária no capital da Companhia Real de Distribuição;

Processo de atribuição da exploração da 3.ª rede de telefones móveis;

Montantes envolvidos na dação em pagamento das dívidas da Grão-Pará ao Estado.

3 — Inscribe-se ainda no objecto da Comissão apreciar a inversão de políticas no sector energético e nas celulosas, em particular, e justificação para as inopinadas substituições de gestores nas empresas públicas EDP, TRANSGÁS e PORTUCEL.

4 — Relativamente aos casos referidos no n.º 2, importa, designadamente, averiguar:

- a) Qual a justificação para a atribuição do direito à exploração do jogo na península de Tróia sem recurso a concurso público directo?
- b) É verdade que os contratos celebrados no caso TORRALTA para a concessão do jogo e para a exploração do empreendimento turístico são independentes um do outro e, portanto, o incumprimento de um deles não implica a revogação automática do outro?
- c) É verdade que 30 000 pequenos credores viram os seus créditos sobre a TORRALTA remetidos pelo Governo para prazos de pagamento a mais de 50 anos?
- d) Qual a razão pela qual o Estado patrocinou o pagamento imediato a apenas um dos credores da TORRALTA?
- e) É verdade que o investimento do IPE na Companhia Real de Distribuição se tratou, não de uma participação inicial num investimento no estrangeiro, mas, sim, de uma aquisição de posição minoritária numa empresa já detida a 100% por capitais portugueses e num montante financeiro igual ao investimento inicial para a aquisição da totalidade do capital?
- f) É verdade que existem vários investidores nacionais no sector da distribuição do Brasil mas apenas um terá sido favorecido com o tipo de parceria que ocorreu no caso referido na alínea anterior?
- g) Qual o interesse público para a associação de três empresas públicas a um particular com o objectivo de explorar a 3.ª rede de telefones móveis?

- h) Se existe interesse público nesse negócio, por que é que essa associação é feita sob a forma minoritária?
- i) Sem prejuízo do disposto nas alíneas anteriores, porquê a associação àquele interessado e não a qualquer dos outros?
- j) Qual o montante das rendas a pagar pelo 3.º operador pela utilização da rede de fibra óptica instalada com dinheiros públicos?
- l) Sendo esse montante um elemento essencial para a formação do preço, constava ele dos elementos apresentados a concurso?
- m) Tem o Governo intenção de rever as indemnizações pagas aos proprietários das terras abrangidas pelas servidões constituídas, tendo em atenção a nova utilização dos particulares?
- n) Qual o montante exacto do perdão de dívidas da Grão-Pará ao Estado e qual o valor apurado para os bens dados em pagamento?
- o) Qual o ponto da situação do acordo celebrado entre o Estado e a Grão-Pará?
- p) Frustrado o objectivo da realização de provas da Fórmula 1, pressuposto do negócio efectuado, qual o interesse do Estado na manutenção do acordo?

Aprovada em 7 de Maio de 1998.

O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Aviso n.º 86/98

Por ordem superior se faz público que, segundo comunicação do Secretário-Geral da Organização da Aviação Civil Internacional de 3 de Março de 1998, Portugal depositou, em 3 de Março de 1998, a carta de ratificação do Protocolo Relativo à Alteração do Artigo 56.º da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, concluído em Montréal em 6 de Outubro de 1989, que ainda não entrou em vigor na ordem internacional.

O Protocolo foi aprovado, para ratificação, nos termos do Decreto n.º 48/97, de 3 de Setembro, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 203, de 3 de Setembro de 1997.

À data da vinculação de Portugal ao referido instrumento eram as seguintes as Partes no mesmo:

Estados ou entidades	Vinculação em
Alemanha	27 de Novembro de 1996.
Arábia Saudita	25 de Junho de 1991.
Argentina	5 de Maio de 1994.
Austrália	2 de Dezembro de 1994.
Áustria	22 de Abril de 1991.
Barein	6 de Maio de 1996.
Bangladesh	26 de Março de 1996.
Bielo Rússia	24 de Julho de 1996.
Bósnia-Herzgovina	9 de Maio de 1997.
Brasil	22 de Julho de 1992.
Burkina-Faso	15 de Junho de 1992.
Canadá	14 de Setembro de 1992.
Chile	25 de Novembro de 1993.
China	23 de Julho de 1997.

Estados ou entidades	Vinculação em
Croácia	6 de Maio de 1994.
Dinamarca	24 de Setembro de 1990.
Emiratos Árabes Unidos	9 de Julho de 1990.
Equador	4 de Maio de 1990.
Eritreia	27 de Maio de 1994.
Eslováquia	20 de Março de 1995.
Espanha	28 de Novembro de 1991.
Estados Unidos da América	13 de Janeiro de 1992.
Estónia	21 de Agosto de 1992.
Fidji	20 de Setembro de 1995.
Finlândia	11 de Abril de 1990.
França	24 de Julho de 1990.
Gana	15 de Julho de 1997.
Granada	31 de Maio de 1991.
Grécia	10 de Março de 1992.
Guatemala	22 de Novembro de 1996.
Holanda	14 de Agosto de 1990.
Hungria	24 de Maio de 1990.
Índia	1 de Setembro de 1992.
Indonésia	16 de Novembro de 1995.
Irão	17 de Junho de 1994.
Islândia	9 de Maio de 1990.
Itália	1 de Agosto de 1995.
Jordânia	9 de Dezembro de 1993.
Kuwait	18 de Novembro de 1992.
Lesoto	17 de Dezembro de 1990.
Libano	14 de Dezembro de 1994.
Luxemburgo	2 de Maio de 1997.
Malawi	13 de Dezembro de 1990.
Mali	13 de Maio de 1991.
Malta	25 de Março de 1994.
Malvinas	8 de Abril de 1997.
Maurícias	6 de Agosto de 1990.
México	11 de Outubro de 1990.
Mónaco	17 de Maio de 1994.
Nepal	9 de Junho de 1997.
Noruega	7 de Novembro de 1990.
Papua-Nova Guiné	5 de Outubro de 1992.
Peru	10 de Novembro de 1994.
República Checa	15 de Abril de 1993.
República Socialista do Vietname	11 de Dezembro de 1996.
Roménia	5 de Maio de 1993.
São Marino	3 de Fevereiro de 1995.
Singapura	7 de Fevereiro de 1994.
Suécia	1 de Junho de 1990.
Suíça	15 de Novembro de 1990.
Tailândia	17 de Novembro de 1997.
Togo	19 de Fevereiro de 1991.
Tunísia	30 de Janeiro de 1995.
Turquia	13 de Novembro de 1992.
Turquemenistão	14 de Abril de 1993.
Uganda	7 de Julho de 1995.
Uruguai	30 de Setembro de 1992.
Usbequistão	24 de Fevereiro de 1994.
Vanuatu	27 de Fevereiro de 1991.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 23 de Abril de 1998. — O Director de Serviços das Organizações Económicas Internacionais, *João Perestrello Cavaco*.

Aviso n.º 87/98

Por ordem superior se faz público que, segundo comunicação do Secretário-Geral da Organização da Aviação Civil Internacional de 3 de Março de 1998, Portugal depositou, em 3 de Março de 1998, a carta de ratificação do Protocolo Relativo a Uma Emenda à Alínea a) do Artigo 50.º da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, concluído em Montréal em 26 de Outubro de 1990, que ainda não entrou em vigor na ordem internacional.

O Protocolo foi aprovado, para ratificação, nos termos do Decreto n.º 47/97, de 3 de Setembro, publicado no

Diário da República, 1.ª série-A, n.º 203, de 3 de Setembro de 1997.

À data da vinculação de Portugal ao referido instrumento eram as seguintes as Partes no mesmo:

Estados ou entidades	Vinculação em
África do Sul	8 de Outubro de 1991.
Alemanha	27 de Novembro de 1996.
Arábia Saudita	27 de Janeiro de 1993.
Argentina	30 de Setembro de 1994.
Austrália	2 de Dezembro de 1994.
Áustria	26 de Junho de 1996.
Barein	6 de Maio de 1996.
Bélgica	27 de Janeiro de 1993.
Bielo Rússia	24 de Julho de 1996.
Bósnia-Herzgovina	7 de Março de 1995.
Brasil	25 de Fevereiro de 1993.
Burkina-Faso	15 de Junho de 1992.
Canadá	19 de Abril de 1991.
Chile	25 de Novembro de 1993.
China	23 de Julho de 1997.
Colômbia	19 de Dezembro de 1995.
Croácia	5 de Outubro de 1993.
Dinamarca	28 de Abril de 1992.
Egipto	6 de Abril de 1994.
Emiratos Árabes Unidos	18 de Novembro de 1991.
Eritreia	27 de Maio de 1994.
Espanha	29 de Setembro de 1992.
Estónia	21 de Agosto de 1992.
Fidji	20 de Setembro de 1995.
Finlândia	18 de Dezembro de 1991.
Gana	15 de Julho de 1997.
Guatemala	20 de Fevereiro de 1997.
Holanda	22 de Outubro de 1991.
Índia	9 de Julho de 1992.
Indonésia	16 de Novembro de 1995.
Irão	17 de Junho de 1994.
Islândia	4 de Novembro de 1992.
Itália	16 de Maio de 1994.
Jordânia	17 de Agosto de 1993.
Kuwait	12 de Julho de 1993.
Lesoto	13 de Maio de 1996.
Libano	14 de Dezembro de 1994.
Luxemburgo	2 de Maio de 1997.
Madagáscar	28 de Agosto de 1996.
Mali	31 de Março de 1994.
Malta	25 de Março de 1994.
Malvinas	8 de Abril de 1997.
Maurícias	17 de Abril de 1991.
Noruega	23 de Setembro de 1991.
Peru	10 de Novembro de 1994.
Quénia	30 de Outubro de 1991.
República da Coreia	21 de Janeiro de 1991.
República da Moldova	20 de Junho de 1997.
República Democrática Popular da Coreia	1 de Março de 1991.
República Socialista do Vietname	11 de Dezembro de 1996.
Roménia	5 de Maio de 1993.
São Marino	3 de Fevereiro de 1995.
Senegal	17 de Novembro de 1995.
Singapura	7 de Fevereiro de 1994.
Sri-Lanka	24 de Dezembro de 1991.
Suécia	7 de Fevereiro de 1992.
Suíça	2 de Novembro de 1994.
Tailândia	12 de Fevereiro de 1993.
Turquia	13 de Agosto de 1993.
Turquemenistão	14 de Abril de 1993.
Tunísia	30 de Janeiro de 1995.
Uganda	7 de Julho de 1995.
Uruguai	26 de Maio de 1994.
Usbequistão	24 de Fevereiro de 1994.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 23 de Abril de 1998. — O Director de Serviços das Organizações Económicas Internacionais, *João Perestrello Cavaco*.